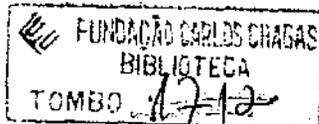


1669

MATERNIDADE E CIDADANIA :

UMA ENCRUZILHADA PARA AS PRIMEIRAS FEMINISTAS

Angela Mendes de Almeida



1669

IX Encontro Anual da Associação Nacional de
Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
(ANPOCS) - Outubro de 1985 - (Grupo de Traba
lho Mulher e Política)

MATERNIDADE E CIDADANIA :

UMA ENCRUZILHADA PARA AS PRIMEIRAS FEMINISTAS

Angela Mendes de Almeida

I

Em 11/1/1852, em editorial do segundo número do Jornal das Senhoras, dirigido por Joana Paula Manso de Noronha, ela afirmava:

"Nós sabemos perfeitamente que toda a família necessita de um chefe, e que o chefe natural da família é o homem.

Sem dúvida que há deveres que prendem a mulher ao lar doméstico, porém é precisamente desde o seio de sua família que ela pode ter uma influência direta sobre essa mesma família, sobre a nação e sobre a humanidade inteira". *

No segundo número do jornal O Sexo Feminino, de Campanha da Princesa (MG), datado de 14/9/1873, e dirigido por Francis Senhorinha da Motta Diniz, lê-se:

"A mulher dotada com as mesmas faculdades do homem, com a inteligência e a razão abertas a receber o cultivo das letras, das artes e das ciências, para ser útil à pátria e desempenhar a sua missão na sociedade, a maior e a mais santa missão da humanidade que depende toda da mãe de família, deve chamar a si os foros que não pode negar-lhe uma sociedade culta.

Instrução para o sexo feminino, minhas caras patriotas!"

* A grafia utilizada em todas as citações foi atualizada.

Em 21/4/1902 o jornal Voz Feminina, editado em Diamantina pelas jovens de família tradicional Clélia, Zélia e Nícia Corrêa Rabelo, também reafirmava:

"A mulher precisa educar-se, precisa instruir-se para fazer a felicidade do lar e principalmente para ganhar a vida independentemente de como o homem ganha. Não é isto menosprezar a sua missão no lar e a felicidade doméstica, que só ela é capaz de fazer... Se vissemos nesta independência qualquer abalo para a ordem doméstica ... abandonaríamos desde já nossas opiniões..." (1).

Numa entrevista concedida em 1921, Bertha Lutz também deixava claro que

"... não é exato nem procedente declarar que, adquiridos direitos eleitorais, a mulher abdica do lugar que a natureza lhe concedeu (...). O domínio da mulher, todas nós feministas concordamos, é o lar. Mas é que (...) hoje em dia o lar não está mais compreendido no espaço de quatro muros..." (2).

Como se pode depreender destes trechos e da leitura da quase maioria absoluta dos jornais, panfletos e ensaios que as feministas brasileiras escreveram de 1852 a 1937 (3), a problemática da "natureza" feminina, de sua função especial voltada para a maternidade, e conseqüentemente para o lar, constituiu sempre a "pedra no sapato" de suas diversas lutas.

Com efeito, de 1852 até a época da proclamação da República, a reivindicação fundamental levantada pelas mulheres era a de maior educação ou instrução. Comunhando da crença herdada do iluminismo pelo século XIX, de que a educação traria o progresso e a emancipação geral da humanidade, crença que foi abraçada durante várias décadas pelo próprio movimento operário, as feministas acreditavam que a educação era não apenas um direito da mulher, na mes

(1) Citado por Branca Moreira Alves, Ideologia e Feminismo. A Luta da Mulher pelo Voto no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1980, p.93.

(2) Rio Jornal, 13/12/1921, citado por June E. Hahner. A Mulher Brasileira e sua lutas políticas e sociais (1850-1937). S. Paulo, Brasiliense, 1981, p.116.

(3) Em 1852 saiu o primeiro jornal escrito por mulheres; o Jornal das Senhoras. Em 1937, com o Estado Novo, a luta pelo voto que conseqüido em 1932, levou à Câmara duas mulheres deputadas - Carlota de Queiroz e Bertha Lutz, chegou a um ponto de estrangulamento com a dissolução do Congresso Nacional.

na medida do direito à educação do homem, mas sobretudo um instrumento que, por ele mesmo, terminaria com a situação de subalternidade a que elas se achavam confinadas. Em raras ocasiões a educação e o acesso ao saber aparecem como reivindicações de um desejo de penetrar no mundo do saber e tirar dele satisfação, como por exemplo, na afirmação de Violante de Bivar e Velasco, de que sentia que "os prazeres do estudo são, talvez os únicos que lhe enchem (à mulher) completamente a alma" (4). Esse sentimento tão raro entre as feministas brasileiras do século XIX, em certa medida compartilhava o pessimismo em relação à falta de perspectivas em suas vidas, que fazia parte do horizonte das mulheres da aristocracia europeia, que nos séculos XVII e XVIII viram na dedicação ao estudo a única forma de aceder ao mundo impenetrável dos homens. No Discurso sobre a felicidade, Madame du Chatelet, a companheira de Voltaire, declarava:

"O amor ao estudo é bem menos necessário à felicidade do homens que à das mulheres... Eles tem outros meios de chegar à glória. Mas as mulheres estão excluídas de qualquer espécie de glória e quando por acaso existe alguma delas que tenha nascido com uma alma elevada, não lhe resta senão o estudo para consolá-la de todas as exclusões e de todas as dependências a que está condenada em função de sua condição" (5).

Esta afirmação foi feita no século XVIII, antes que a ideologia con formada no decorrer da revolução burguesa edificasse a mística da "natureza" feminina voltada para a maternidade, e antes que as mulheres "de alma elevada" pudessem encontrar uma alternativa para suas vidas no exercício exemplar da "santa" maternidade, formando os bons cidadãos de que necessitava o Estado. Ela expressava o mais alto grau de consciência da condição feminina, essencialmente subalterna.

As feministas brasileiras do século XIX escreviam e reivindicavam já num outro período, no "século das luzes", do advento da democracia burguesa formal, da crença no progresso irresistível que o avanço científico traria. Maior educação servia-lhes algumas

(4) O Domingo, 7/12/1973, citado por J.E.Hahner, op.cit., p. 57.

(5) Citado por Elizabeth Badinter, L'Amour en Plus - Histoire de l'Amour Maternel - XVIIe. - XXe. siècles. Paris, Flammarion, 1980, p. 105.

poucas vezes para independentizar-se dos homens - jamais dos lares -, mas servia-lhes num sem número de argumentações para melhor exercerem a sua função específica e "natural", a maternidade,

Pouco a pouco no entanto, da reivindicação genérica de maior instrução a imprensa feminista vai registrando a passagem a uma forma mais concreta de instrução, a formação nas tradicionais profissões liberais de médico e advogado. Por vezes a questão é tratada de forma negativa: não temam, oh homens, que de uma maior educação queiramos saltar para o exercício das profissões! É o que declara Joana Manso Moronha em 1852, ao sentir-se obrigada a definir suas idéias sobre a emancipação da mulher:

"Não quero que se gradue em Medicina; conquanto devesse ela conhecer a medicina doméstica, porque a mãe de família faz a irmã de caridade junto de seu esposo, de seus filhos, de seus domésticos, quando estão doentes" (6).

No final do século duas peças teatrais - As Doutoradas, de Joaquim José de França Junior, e A Doutora, de L.T. da Silva Nunes - deram corpo dramático aos presságios masculinos de que o exercício da medicina viesse a ser incompatível com a "natureza" da mulher, sua dedicação ao lar sendo maculada pela necessidade médica de sair para atender aos clientes. Mais expressiva ainda dos temores e preconceitos que essa possibilidade levantava é o concurso que, em 1905, um outro Jornal das Senhoras apresentava. Ganharia um vidro do extrato Ambre Ducal a melhor resposta à pergunta:

"Qual é a mulher que mais agradavelmente vos impressiona: a que, boa, carinhosa e modesta, cuida em casa dos trabalhos domésticos? Ou a que, doutora, sai à noite a visitar enfermos ou defende réus à barra dos tribunais?"

Nove mulheres responderam, todas a favor da primeira figura (7).

Mas apesar dessa incrível resistência dos poderes masculinos encastelados no Estado e nas famílias dominantes, algumas poucas mulheres começaram a estudar medicina e direito, no Brasil e no exterior. Essas poucas mulheres vieram juntar-se ao pequeno contingente das que, na passagem do século XIX para o XX, advogavam o direito da mulher formar-se e exercer uma profissão liberal. No jornal A Mulher (1881), editado em Nova York por duas estudantes de medicina - Maria Augusta Generosa Estrélla e Josefa Águeda de Oli-

(6) Jornal das Senhoras, 18/1/1852.

(7) 2/3/1905.

(8) Citado por J.E.Hahner, op.cit., p.70.

veira - elas diziam que "sem trabalhar não se consegue vida mais ou menos independente" (8). E a bióloga Bertha Lutz, desde a sua primeira intervenção em favor dos direitos da mulher, em 1919, nunca deixou de sublinhar a importância da formação profissional.

O debate que precedeu a abolição da escravatura, e em seguida o advento da República, levaram a imprensa feminista a passar do tema da educação e da formação profissional à reivindicação do direito ao voto. E neste caso, com raríssimas exceções como Josephina Alvares de Azevedo, no fim do século XIX, e Maria Lacerda de Moura, na década de 1930, toda a argumentação, tanto das mulheres como dos homens defensores do voto feminino, era no sentido de demonstrar que o exercício deste direito político não perturba a vocação "natural" da mulher para a família e a maternidade. No início da campanha liderada por Bertha Lutz em prol do direito ao voto, em 1919, o Rio-Jornal, ao anunciar a criação da secção "Rio-Femina" na qual colaborariam além de Bertha, Selda Potocka, esclarecia o tom com que se conduziria o movimento garantindo que:

"... mulheres não ser nobremente encaminhadas para generosos e elevados objetivos, sem perigo de que a causa feminina se desvie de uma missão educadora e associativa, tendente a intensificar a colaboração altruista da mulher na nossa vida social, a filantropia, a assistência às órfãs, às mulheres pobres, e às crianças abandonadas e enfermas, a organização de associações de classe, a instituição de creches e dispensários ..." (9)

Tanto Branca Moreira Alves, como June E. Hahner, as duas autoras que escreveram mais aprofundadamente sobre as feministas no Brasil, reafirmam várias vezes sob forma diferente o carácter bem-comportado e, sob certo ponto de vista conformista, do movimento sufragista das primeiras décadas deste século, a segunda destas autoras, cujo livro aborda também as feministas do século XIX, não hesitando em considerá-lo mais moderado que o movimento que lhe antecedeu (10). Sob a liderança de Bertha Lutz, as mulheres preocuparam-se desde o início em delimitar-se das suffragettes inglesas que faziam greve de fome, quebravam vidraças, andavam de "cabelos curtos, trajas semi-masculinos, andar pesado, gestos desprovidos de graça

(9) 2/2/1919, citado por Branca M. Alves, op.cit., p.101.

(10) Ver June E. Hahner, pp. 97 e segs.; e Branca M. Alves, pp. 141 e segs.

alguma" (11). Numa entrevista concedida em Baltimore, nos Estados Unidos, em 1922, Bertha Lutz declarava:

"As mulheres do Rio não são tão progressistas, ou antes tão agressivas, quanto as vossas mulheres. Mas com o seu sorriso, o encanto das suas virtudes e a sábia persuasão de sua palavra, nós geralmente alcançamos os nossos objetivos. Procedemos de um modo mais diplomático... Nunca recorreríamos aos processos das sufragistas inglesas ou americanas..." (12)

Perfeitamente integrada ao pensamento masculino daquelas décadas, ela acoplava assim ao "homem cordial" que o brasileiro seria pela sua formação, a "mulher cordial". Enquanto as feministas do século XIX timidamente justificavam que suas reivindicações não significavam "a realização do mundo às avessas" (13), isto é, que apenas queriam melhor educação para serem melhores mães, o movimento sufragista do século XX, mais integrado aos homens da classe dominante, mais útil a eles, alargava as paredes do lar, estendendo a função maternal e educativa "específica da mulher", ao domínio do público. Toda a ênfase da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, organização fundada em 1922 e liderada por Bertha Lutz, seria posta nas tarefas públicas exercidas pela mulher, e confinadas ao âmbito da saúde, educação e assistência pública. Suas intervenções seriam quase sempre carregadas daquela intenção filantrópica e paternalista que ocultava, nos fins do século XIX e início do XX, a ânsia das classes dominantes em enquadrar as classes populares, ensinando-as a comportarem-se espontaneamente como subalternos.

(11) "Rio-Femina", Rio Jornal, 27/2/1919, citado por Branca M. Alves, p. 102. Ver também June E. Hahner, p. 100 e Rachel Soihet, Bertha Lutz e a ascensão social da mulher (1919-1937). Tese de Mestrado, UFF, 1974 mimeo., p. 10.

(12) Citado por Branca Moreira Alves, p. 172.

(13) Joana Manso de Moronha, Jornal das Senhoras, 18/1/1852.

II

A dificuldade de nossas feministas em equacionar o problema maternidade-cidadania, materializada no constante ressurgimento da contradição entre o exercício de direitos e a "natureza" feminina, tem a ver com as condições em que os conceitos de "natureza feminina" e "instinto maternal" foram elaborados pela ideologia burguesa no processo de sua ascensão ao poder político.

Na sociedade patriarcal que nasceu solidamente ancorada sobre o regime de propriedade privada, as primeiras propriedades não foram os bens imóveis, a terra ou o capital, e sim as pessoas, isto é, os escravos, os filhos e a esposa, todos constituindo as propriedades do pater-famílias. Toda a tradição greco-romana, posteriormente reelaborada pelo cristianismo, faz da mulher e das crianças objetos-propriedade do chefe de família. A criança só deixa de ser essa coisa quando, sendo do sexo masculino e herdeiro, está por transformar-se no próximo pater-famílias. Elizabeth Badinter demonstrou de forma pertinente como numa configuração como essa não poderia existir amor filial ou amor conjugal⁽¹⁴⁾.

No que concerne à Europa, berço da revolução burguesa, essa situação tendeu a alterar-se no processo de enriquecimento das cidades, de formação através de vários séculos durante o feudalismo, de uma sólida classe burguesa, que foi conquistando direitos locais e abrindo brechas no sistema aristocrático de dominação baseado na ligação dos servos à gleba do senhor. Esse processo de urbanização, e paralelamente de formação dos Estados nacionais absolutistas, que concedendo vantagens às burguesias, usava-as para cercear e dominar os poderes da aristocracia, criou no plano dos costumes o fenômeno da "mundanização"⁽¹⁵⁾. Ou seja, os setores mais ricos da burguesia "aristocratizaram-se", assumindo costumes, trajes e valores típicos da aristocracia, e adquirindo ou conquistando o direito de frequentar os mesmos locais, participar dos mesmos lazeres e atividades; e por outro lado a aristocra-

(14) Elizabeth Badinter, op. cit..

(15) Sobre a formação dos Estados nacionais absolutistas, ver Perry Anderson, L'Etat absolutiste à l'Europe de l'Ouest. Paris, Maspero, 1978.

cia "popularizou-se", transformando o seu modo de vida "decadente", ousado, desafiador, numa moda, num parâmetro de bem viver. Além disso, no âmbito das cidades, os burgueses ainda não enriquecidos viviam ao lado dessa classe dominante, prestando-lhe serviços, sendo atingidos por essa "moda", por esses valores.

As condições de vida dos mulhorez alteraram-se então razoavelmente. Ao mesmo tempo em que a Reforma Protestante já trazia em si o primeiro germen para quebrar a noção da mulher como objeto-propriedade do marido, pois no âmbito de idéias puritanas a mulher começou a ser alçada à categoria de companheira, a Contra-Reforma Católica foi parcialmente caudatária dessas inovações⁽¹⁶⁾. Por outro lado, nas grandes e ricas cidades da época algumas mulheres da aristocracia, seguidas por algumas burguesas, começaram a disputar com os homens as honras no campo do saber, nos salões, nos saraus literários, e chegaram mesmo a exercer alguns cargos públicos. Isso chegou a levar o cardeal Mazzarino, ministro de Estado de Luiz XIII e Luiz XIV, a queixar-se, em pleno século XVII, das mulheres francesas: "Uma mulher de bem não dormiria com seu marido, nem uma coquette com seu galanteador se antes eles não lhes tivessem falado sobre os negócios de Estado! Elas querem ver tudo, conhecer tudo, saber tudo, e, o que é pior, fazer tudo e misturar tudo"⁽¹⁷⁾.

Ora, esta forma específica e reduzida de movimento de libertação da mulher, inserida numa ampla liberalização de costumes e numa difusão de valores estéticos e éticos que compunham a "mundanização", veio acompanhada de uma rejeição completa à maternidade. Antes que os homens burgueses definissem a "natureza" como elemento "racional" e imponderável que justificava a relativa inferioridade das mulheres, numa época em que os homens em geral não eram tidos como iguais, e sim categorizados como senhores aristocratas que viviam da terra, servos da gleba, e habitantes dos burgos que lentamente iam conformando o "terceiro estado", e por fim, numa época em que as crianças eram desvalorizadas subjetivamente - não eram objeto de amor - e objetivamente - não eram ainda vistas como elementos da população -, a função de mãe pareceu a estas mulheres como algo indigno delas, que as impedia de disputar com os homens

(16) Sobre a situação da mulher na família e a Reforma, ver Eli Zaretsky, O capitalismo, a família e a vida privada. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976.

(17) Citado por E. Badinter, p.93.

as honras e o prestígio que circulava nos salões aristocráticos. A entrega das crianças a amas de leite camponesas que viviam longe constituía um abandono, quando não um infanticídio tolerado por toda a sociedade. Na França esse costume que existia desde o século XIII na aristocracia, foi assumido pela burguesia ascendente no século XVII, até transformar-se num sistema social que tocava todas as classes e determinava uma alta mortalidade infantil. Na Inglaterra, na Alemanha e em outros países, o hábito, embora não tão disseminado, também existia, fazendo parte de uma configuração de valores em que não havia lugar para o amor materno (18).

Antes que o ideólogo do "contrato social" que postulava a igualdade natural e primitiva dos homens, Jean-Jacques Rousseau, elaborasse suas teorias sobre a "natureza" diferente da mulher - em Emílio e em Heloísa; antes que a revolução burguesa sancionasse a mística da natureza feminina como essencialmente maternal, alguns estadistas e filantropos já haviam começado a apontar para o valor econômico das crianças, para a sangria que constituía aquela alta taxa de mortalidade infantil, tendo em vista os interesses dos Estados, no limiar do processo colonizatório do Novo Mundo (19). Desse modo a nascente ideologia burguesa formulou a imagem da mulher maternal por natureza, calcada na imagem dos animais e dos selvagens, e voltada para a amamentação, fenômeno crucial para a sobrevivência da criança naquela época, e ponto de partida para evitar a entrega dos filhos às amas de leite. Da amamentação ao amor, deste ao espírito de sacrifício e ao auto-isolamento, chegou-se com Freud ao masoquismo inerente à psicologia da mulher. Paralelamente criou-se para esta "santa" em que toda mãe deveria se transformar, um "reino", o lar, um "reino" fechado onde ela reinava mas não governava. A separação entre o público e o privado, o enclausuramento do "reino da mulher" no espaço emparedado do privado, e a longa catequese das mulheres para que assumissem essa figura santificada de mãe, permeia toda a produção ideológica do século XIX, e é a que chega às feministas brasileiras. Definir a "natureza" feminina que predeterminava a mulher necessariamente à maternidade, alijando-a de outras atividades, fez assim parte de uma operação de sua exclusão do exercício da cidadania, à qual todos os homens passaram a ter acesso com a revolução burguesa.

(18) Ibid, pp. 17-136.

(19) Ibid, pp. 137-235.

Entretanto, nos países em que a burguesia libertou um movimento popular contra o Estado aristocrático e absolutista, pelo fim da aristocracia dirigente e a constituição de uma nova classe dirigente, a antiga ordem de classes tornou-se obsoleta e a ideia de "livres e iguais" das revoluções "liberais" tornou-se uma ficção. No entanto, a ideia de trabalho, a ficção de que todos os homens são livres e iguais tinha um certo sentido. Ou seja, "no mercado" os homens eram todos livres e iguais, livres para trocar no mercado o que possuíam; rapidamente porém o mecanismo da mais-valia acelerava as desigualdades. Nesse terreno vingava a ideia de que todos os homens são livres e iguais, os homens acreditavam na democracia formal. E foi a "natureza" que determinou a desigualdade das mulheres.

A questão colocava-se de forma completamente diferente no Brasil. Tanto durante o Império, como durante a Primeira República, os homens sempre tiveram bem consciente que não eram iguais. O Estado sempre se declarou de alguns cidadãos, visando gerir a economia e o exército de subalternos, cidadãos de segunda, terceira e quarta categorias⁽²⁰⁾. Estes sempre tiveram presente em suas consciências que não eram "livres", que eram o "afilhado" de tal "coronel", o "capanga" de tal "doutor", da família de tal "patrão", e assim por diante. As relações de produção, mesmo abolida a escravatura, não se apoiavam principalmente na exploração econômica, mas sim na dependência pessoal, alternando-se a violência pura com o favoritismo, sob a conhecida fórmula do "favor", que Roberto Schwarz chama de "nossa mediação quase universal". De tal forma que o liberalismo constituiu, na maior parte das vezes entre nós, uma ficção por cima da ficção clássica⁽²¹⁾.

As mulheres reivindicavam portanto a cidadania numa terra de não-cidadãos, numa terra em que a ficção liberal clássica da igualdade dos homens, quando era apresentada, mantinha com a realidade a relação de uma paródia. Elas não haviam conhecido antes nenhuma forma limitada de emancipação. No seu mundo anterior, o da família colonial, elas eram objeto-propriedade do chefe de família, do senhor escravocrata que sobre elas tinha até o direito legal de vida ou morte. Viviam isoladas dentro da casa grande, rodeadas apenas dos

(20) Ver Gilberto Mathias e Pierre Salama, O Estado Superdesenvolvido. S. Paulo, Brasiliense, 1983.

(21) Ver Roberto Schwarz, Ao vencedor as batatas. S. Paulo, Duas Cidades, 1977. Ver também Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Edit., 1982, pp. 113 e segs.; e Ruben George Oliven, Violência e Cultura no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1983.

parentes, agregados e escravos, e quando saíam, estavam cobertas de roupas e mantilhas (22). Conforme bem mostrou Jurandir F. Costa, o movimento de urbanização e "reuropeização" desencadeado pela chegada da família real ao Brasil em 1808, empurrou a mulher para fora de casa (23). Nesse sentido ele correspondeu à influência do modo de vida "mundano" próprio da aristocracia às vésperas da revolução burguesa na Europa, difundido pela corte portuguesa. Mas antes, bem antes que esse mundanismo tivesse ganho qualquer consistência ideológica para além do modismo, chegou ao Brasil a nova ideologia burguesa sobre a "natureza" feminina, que reinseriu a mulher dentro do lar, já agora com uma família diferente da patriarcal-colonial, ao menos nas suas formas exteriores.

A esse respeito é importante discutir um tema praticamente invisível na imprensa feminista, a não ser sob veladas formas de referências à dignidade da mulher, e ao fim de suas humilhações: o tema da violência doméstica do homem contra a mulher.

Em 1852 Joana Manso de Moronha afirmava, em favor da educação da mulher, que isto a conduziria a, "no conhecimento exato dos seus deveres, encontrar a força moral que a preserve na ocasião de subscrever a infames humilhações... a encontrar na sua educação recurso honesto contra a opressão, contra a crápula e contra a miséria" (24). Francisca Senhorinha Diniz foi mais além em 1890, ao mencionar casos ocorridos em certas famílias e pedir punições iguais para ambos os lados em casos de crimes (25). Mas foram essas referências nebulosas as feministas, como os brasileiros em geral, omitiram a existência da violência quotidiana, que nunca deixou de existir desde a colônia até os nossos dias, não apenas contra as mulheres, mas também contra todos os cidadãos de segunda, terceira e quarta categorias. Ou seja, as feministas foram prisioneiras da mesma ficção brasileira, calcada sobre a ficção clássica liberal, do brasileiro como "homem cordial", "povo pacífico", país sem discriminação racial", enfim, todas as fórmulas sobre o caráter nacional alimentadas desde a Independência, e consagradas na Primeira República.

(22) Ver Miriam Moreira Leite, A condição Feminina no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo, Hucitec, 1984; Ingrid Stein, Figuras Femininas em Machado de Assis. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984; Jurandir Freire Costa, Ordem médica e Norma familiar. Rio de Janeiro, Graal, 1983; e o clássico Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre.

(23) Op.cit., pp. 136 e 255.

(24) Jornal das Senhoras, 18/11/1890.

III

Neste contexto duas mulheres se destacam. A primeira delas: Josephina Alvares de Azevedo. Direta e sensível ao nó da questão, ela iniciava o editorial do primeiro número de seu jornal, editado em São Paulo, que no entanto chamava-se A Família (1868-1894), dizendo a que vinha:

"... não venho unicamente fazer uso da imprensa para ensinar a mulher paulista a educar seus filhos porque isso ela sabe. (...)

Até hoje tem os homens mantido o falso e funesto princípio de nossa inferioridade. Mas nós não somos a eles inferiores porque somos suas semelhantes embora de sexo diverso. Temos, segundo nossa natureza, funções especiais, como eles pela mesma razão as tem. Mas isso não é razão de inferioridade, porque essa traz o animal na escala material de suas aptidões. Portanto em tudo devemos competir com os homens, no governo da família, como na direção do estado. (...)

Algumas pessoas concordam em que a mulher deve ser educada para ser boa mãe de família. É justo. Mas além desse mister o que faremos de uma educação sólida, que possa ter desenvolvimento nesta ou naquelas aptidões especiais aproveitáveis à sociedade, isto quando não tenhamos filhos a educar? Nós não somos mães todos os dias e às vezes não o somos nunca" (26).

Embora o conteúdo de seus escritos possa parecer semelhante ao das outras feministas, com as mesmas reivindicações, a forma escolhida por Josephina para se expressar demonstra que ela se orientava pelo princípio da igualdade de direitos dos cidadãos e das cidadãs, colocando o elemento diferencial que constitui a maternidade como uma especificidade, na mesma medida da especificidade do sexo masculino. Nos termos freudianos atuais poderia se dizer que para ela a mulher não tem um pênis e menos, e sim uma vagina, ao contrário do homem que tem um pênis.

Dépois da proclamação da República Josephina, já agora com seu jornal sendo editado no Rio de Janeiro, concentrou seus esforços na reivindicação do voto, chegando a escrever uma peça teatral defendendo essa idéia. Em resposta a um jornal que a havia criticado, ela voltou a reafirmar seu sentido democrático de igualdade:

"A mulher que é mãe nada perde com ser cidadã; pode perfeitamente educar seus filhos e desempenhar deveres cívicos do mesmo modo que um homem pode cuidar dos deveres da família e dos seus deveres de cidadão" (27).

Mas a diferença de suas concepções sobre a emancipação da mulher em relação às feministas de sua época, inclusive às colaboradoras do seu jornal como Analia Franco, revela-se também em outros elementos. Em inúmeras vezes Josephina defendeu o divórcio. Preparou uma coletânea de vidas de mulheres célebres na qual incluiu Cleópatra e George Sand (de quem também publicava traduções em seu jornal), que em nenhuma medida se enquadram no novo figurino da "boa mãe" delineado pela ideologia burguesa do século XIX. Em um editorial lamentava a injustiça que se havia abatido sobre Madame Roland, girondina decapitada pelos jacobinos em 1798, que assim justificaram seu ato:

"Ela era mãe, mas havia sacrificado sua natureza, querendo elevar-se acima dela; o desejo de ser intelectual conduziu-a ao esquecimento das virtudes do seu sexo e este esquecimento, sempre perigoso, terminou por fazê-la perecer no cadafalso" (28).

Essas escolhas e seus textos mostram que Josephina não estava disposta a submeter os direitos da mulher à cidadania plena, aos ditames da "natureza" feminina, colocando a natureza no seu lugar, como algo que atinge também os homens.

A professora Maria Lacerda de Moura, outra feminista que se destacou de sua geração, escreveu a maioria de seus livros na década de 1930. Anti-fascista, pacifista, Maria defendia não apenas o divórcio, mas as relações sexuais livres e baseadas no mútuo consentimento. Seus textos sobre a mulher têm sempre no horizonte a violência latente dentro do sistema familiar.

"O homem conseguiu a "fidelidade feminina" através da força bruta, da exigência, da ferocidade bestial.

Mas a poliendria e a poligamia é que são naturais. O homem continua polígamo. A mulher foi forçada à "fidelidade" ao senhor e possuidor único, pelas leis, pelos costumes, pela força da selvageria do macho, pela razão econômica, pela maternidade.

Tanto um como o outro são exigentes e exclusivistas e ciumentos. O fato se verifica alternativamente.

O maior escolho está justamente no exclusivismo do homem - o matador de mulheres na defesa da sagrada honra.

(...)

É preciso chegar a admitir a absoluta independência de praticar os atos inerentes à sexualidade - como função

(28) A Família, 18/11/1888; e citação sobre Madame Roland em E. Ba-dinter, p. 165.

orgânica simplesmente, ou como gesto de generosidade.

Isso evitará confundir o Amor com instinto. Evitará colocar o Amor no ponto onde colocam a honra da mulher e também ... do homem, quando a quer lavar ... em sangue.

Se, dando a liberdade sexual à mulher, não apenas sob o aspecto teórico, prevalecer ainda o Amor sentimento, o Amor ideal, o Amor integral - aí está o Amor plural" (29).

Com estas idéias que iam completamente contra a corrente do movimento de mulheres liderado por Bertha Lutz, Maria permaneceu uma voz isolada. Sua percepção sobre a maternidade era sem dúvida bem diferente das que prevaleciam na época.

"Dentro da atual organização social só é possível a independência da mulher quando ela é de uma tempera de ferro e corta relações com o passado e faz sua vida como a quer, mas sempre a todo transe, na quase atitude agressiva de defesa.

Tudo conspira contra essa independência. A maternidade (isto é, a legal), cantada em prosa e verso e sandices e conselhos acacianos e hipocrisia muito calculada e muito cômoda, dentro deste regime, é a maior peia à independência feminina, uma das armas dos homens - os fortes - que abusam das suas prerrogativas fisiológicas para escravizar o sexo fraco.

Só a mulher é responsável pelo filho, pela sua educação, pelos seus desregramentos, mas perante a lei, o homem tem o direito de arrancá-lo dos braços maternos e o faz, quase sempre por vingança, reclamando em nome dos seus altos sentimentos de pai, e ferido na sua dignidade de homem!"

É por isso que Maria advogava uma "maternidade consciente", não imposta a quem não a deseja. A mulher devia, segundo ela, saber "que a sua missão é a defesa incondicional da criança através da defesa incondicional da sua individualidade, através da sua mente e do seu corpo..." (30)

O grito de independência feminina de Maria, tão atual e ao mesmo tempo tão avançado para o seu tempo, mostra como a maternidade, que foi imposta como ditame da "natureza" às mulheres, mas que ao mesmo tempo corresponde a um desejo da maioria delas, foi sempre o ponto de estrangulamento das reivindicações femininas.

(29) Han Ryner e o amor plural. S.Paulo, Grafico-Edit. Unitas Limitada 1933, pp. 37 e 71.

(30) Religião do Amor e da Belleza. 2a.ed. S.Paulo, Empr. Typographica Editora "O Pensamento", 1929, pp. 91, 104 e 111. Ver também Fundação Carlos Chagas, Bibliografia Anotada - Mulher Brasileira, Vol.1. S.Paulo, Brasiliense, 1979, pp. 213 e 226-229.